TIPOS DE ESTRUTURAS SINTÁTICAS LATINAS, SOB A PERSPECTIVA DOS UNIVERSAIS LINGUÍSTICOS DE ORIENTAÇÃO GREENBERGUIANA

José Mario Botelho (FFP-UERJ) botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Considerando as estruturas de base da língua latina em odes do *Liber Primus*, de Horácio, e de fragmentos de diferentes obras, sob a perspectiva da existência de uma ordem natural, e a possibilidade de outras ordenações nos casos em que a colocação dos termos na frase não se fez conforme a relativa padronização, que os estudiosos da sintaxe latina preconizam e que concebo, analisaram-se os tipos de estruturas sintáticas latinas. A análise valorizou a sua contextualização, a qual se baseia no relacionamento das palavras em referência com os outros termos sintáticos. Para isso, apresentei uma fundamentação teórica acerca da estrutura sintática do latim, considerando a contribuição dos estudos linguísticos modernos acerca da tipologia das línguas, baseada nos estudos de Greenberg (1963) sobre os universais linguísticos, sob a perspectiva dos estudos pragmáticos de natureza funcional. Desta forma, pude comprovar a hipótese inicial acerca das estruturas sintáticas latinas, principalmente em Horácio, que se caracterizam como ambivalentes: SVO e (S)OV (muito ocorrente com a omissão do sujeito, principalmente no período clássico).

Palavras-chave:

Linguagem horaciana. Universais linguísticos. Estruturas sintáticas latinas.

RÉSUMÉ

Considérant les structures de base de la langue latine dans les odes de *Liber Primus*, d'Horace, et des fragments de différentes œuvres, du point de vue de l'existence d'un ordre naturel, et la possibilité d'autres ordres dans les cas dans lesquels le placement des termes dans la phrase n'a pas été fait conformément à la normalisation relative que les spécialistes de la syntaxe latine recommandent et que je conçois, les types de structures syntaxiques latines ont été analysés. L'analyse a valorisé sa contextualisation, qui repose sur la relation des mots en référence à d'autres termes syntaxiques. Pour cela, j'ai présenté un fondement théorique sur la structure syntaxique du latin, en considérant l'apport des études linguistiques modernes sur la typologie des langues, basé sur les études de Greenberg (1963) sur les universaux linguistiques, dans la perspective d'études pragmatiques de nature fonctionnelle. J'ai ainsi pu prouver l'hypothèse initiale sur les structures syntaxiques latines, principalement chez Horace, qui sont qualifiées d'ambivalentes: SVO et (S)OV (très fréquent avec l'omission du sujet, principalement à l'époque classique).

Mots clés:

Langue horatienne. Universaux linguistiques. Structures syntaxiques latines.

1. Introdução: A Tipologia Linguística, segundo Greenberg

Sobre a quantidade de línguas existentes em todo o mundo, é unânime a asserção de que são em torno de seis mil e quinhentas as línguas faladas no mundo, e esse número pode aumentar, dependendo do que se entende por língua. Seria, então, possível determinar um número considerável de semelhanças entre elas, apesar daquela imensa quantidade de línguas? Uma resposta positiva conveniente se justifica, considerando a "Tipologia Linguística", segundo a qual existe uma unidade básica, que se pode constatar em todas as línguas. Tais propriedades, as quais são compartilhadas por todas elas, são o que os estudos que essa disciplina da linguística contemporânea define como "universais linguísticos".

Daí, poder-se definir a tipologia como, por exemplo, "a classificação de línguas ou componentes de línguas, considerando as características formais que compartilham", porquanto se podem constatar certos padrões, que nelas se efetivam de forma sistemática. Certamente, deve-se considerar que só é possível distinguir tais características formais de um determinado tipo linguístico a partir da análise de um número considerável de línguas.

Pode-se dizer que os primeiros estudos sob a perspectiva de uma tipologia linguística ocorreram no século XIX. Os estudos eram centrados na morfologia das línguas dos *corpora*, mais precisamente, na estrutura interna das palavras. Fredrich von Schlegel, August von Schlegel e Wilhelm von Humboldt – pesquisadores dessa primeira vertente do que comumente chamamos de comparativistas – desenvolveram seus estudos com o método histórico-comparativo, e utilizaram a tipologia nos estudos morfológicos, visando classificar as línguas de diferentes tipos em uma unidade específica.

Mais tarde, já no século XX, entre 1928 e 1939, o termo "tipologia" foi utilizado pela primeira vez com os formalistas do Círculo Linguístico de Praga (ou Escola de Praga), os quais se detiveram nos estudos fonéticos e fonológicos.

Embora questões em torno da tipologia das línguas já tenham sido levantadas desde o início do século XIX, sob a égide dos estudos histórico-comparativos, e no século XX, com Roman Jakobson (1929), Nikolai Trubetzkoy (1939) e outros linguistas estruturalistas da Escola de Praga, somente nos meados do século XX é que o tema se consolidou com a pesquisa de Joseph H. Greenberg (1963).

Segundo o autor, a "tipologia", uma subdisciplina da Linguística, é o estudo de padrões linguísticos, que, a partir de estudos comparativos entre línguas, constitui uma proposta de implicações universais. Dessa visão greenberguiana, outras definições surgiram com o Estruturalismo Americano e, posteriormente, com a Gramática Gerativa de Noam Chomsk e, mais tarde, com os disseminadores da teoria gerativo-transformacional de natureza chomskiana.

Todas essas posteriores definições linguísticas para tipologia partem da hipótese de que as línguas naturais apresentam variações, mas há a possibilidade de observar certas dependências entre as propriedades variantes, a partir das quais se pode propor "tipos", como o próprio Greenberg asseverou (Cf. GREENBERG, 1963 e 1974).

A essa visão greenberguiana alia-se o funcionalismo desenvolvido por Talmy Givón, Paul Hopper e Sandra Thompson – o da Escola Tipológico-Funcional. Esses autores, cada qual com a sua obra, procuram explicar a estrutura linguística de uma dada língua basicamente em termos de funções linguísticas.

À tipologia linguística se atribui a ideia de que as línguas em referência devem ser estudadas sob a perspectiva transversal e não sob a tese, até então difundida, de que derivam de uma língua comum; deve-se, pois, buscar a pertinência a um tipo estrutural comum — que é caracterizado por uma combinação de traços estruturais, que são independentes em si —, já que as línguas se caracterizam por serem diferentes, mormente quanto às estratégias utilizadas na expressão e transmissão de significados. Por isso, a tipologia linguística se propõe a estudar a estrutura das línguas sem se fundamentar no aspecto histórico como faziam os comparativistas da época.

De fato, ao introduzir o conceito de "tipo linguístico", Greenberg (1963) alavancou os estudos referentes à classificação tipológica. O autor assume a ideia de que não há limites claros entre os tipos analítico, sintético e polissintético em virtude do valor quantitativo dos morfemas nas palavras e propõe um índice quantitativo, que relaciona morfemas e palavras. Segundo ele, as línguas devem ser classificadas a partir de dez parâmetros estruturais, os quais propõe em sua obra.

Como um tipo linguístico é, na verdade, um conjunto de traços estruturais independentes, mas que se relacionam, cada traço será considerado pertinente, se permitir prever outras propriedades e a estrutura das línguas estudadas. Logo, a tipologia deve ser capaz de individualizar o

princípio subjacente e norteador de várias outras propriedades que se correlacionam. Daí, ser a tipologia um estudo preditivo sobre ser descritivo.

O autor, com seus estudos sobre os universais linguísticos, tornouse o principal pesquisador da corrente tipológico-funcional, apesar de o termo "tipologia" ter sido cunhado pelos estudiosos da Escola de Praga em 1928. Embora, porém, o conceito de funcionalismo em linguística também esteja ligado à Escola de Praga, convém observar que, com Greenberg, ele se modificou e se tornou independente daquela Escola.

Esse linguista norte-americano estabeleceu uma relação de quarenta e cinco universais, entre os quais o aspecto gramatical acerca da ordem de palavras numa declaração de uma dada língua. Após analisar trinta línguas diferentes, concluiu que a posição de certos elementos numa frase pode determinar a posição de outros e que há uma coerência bem definida e efetiva em algumas línguas.

Como desde a metade do século XX os estudos tipológicos vinham-se centrando na sintaxe, o que justifica a sua alcunha de "tipologia da ordem dos elementos", o referido autor procurou formular a sua teoria para a aplicação de universais linguísticos, considerando a estrutura frasal. Considerou especialmente a colocação de palavras ou constituintes no sintagma nominal (doravante SN) e as possíveis anteposições (ou preposições, como o quer Greenberg) ou posposições em uma dada língua. As noções postuladas concebe uma ordem básica em termos de S(ujeito), V(verbo) e O(bjeto).

A grande maioria dos idiomas apresenta, segundo ele, ordens variantes, mas uma única dominante.

Quanto à colocação dos termos numa declaração, refletindo a posição relativa do V (verbo), o referido autor estabeleceu a existência de línguas dos seguintes tipos: I – VSO (Verbo – Sujeito – Complemento); II – SVO (Sujeito – Verbo – Complemento); e III – SOV (Sujeito – Complemento – Verbo), que são ordens dominantes comumente encontradas, e IV – VOS (Verbo – Complemento – Sujeito); V – OSV (Complemento – Sujeito – Verbo) e VI – OVS (Complemento – Verbo – Sujeito), que são ordens possíveis.

De acordo com o referido linguista, a ordem SVO é mais frequente; a ordem SOV é quase tão frequente quanto essa; e a ordem VSO é uma minoria. Logo, o sujeito nominal precede regularmente o verbo em uma grande maioria das línguas do mundo. As três últimas não ocorrem

ou são raramente encontradas. Essas três últimas têm em comum o fato de o objeto preceder o sujeito, o que é pouco provável ou improvável.

Segundo Renzi (2015) as duas últimas (OSV e OVS) são inexistentes⁶⁸ e afirma que "a partir das ordens admitidas é possível prever, embora com certas limitações, alguns aspectos do comportamento sintático e morfológico de uma dada língua" (*Idibidem*, p. 29 – tradução livre).

Greenberg também postula outros parâmetros, como as ordens ambivalentes entre Genitivo e Nome (GN ou NG), Demonstrativo e Nome (Dem. N ou N Dem.), Oração Relativa e Nome (Or. Rel. N ou N Or. Rel.), Numeral e Nome (Num. N ou N Num.), Nome e Adjetivo (NA ou AN) e Preposições (quando o elemento referencial precede aquele com que se relaciona. A partir de tais parâmetros, é possível observar o seguinte: na sentença, o V(erbo) em relação ao sujeito; na ordem dominante A, o A(djetivo) em relação ao substantivo; e o N(ome) em relação ao adjetivo, na ordem dominante N) e Posposições (quando o elemento referencial sucede aquele com que se relaciona).

2. Universais linguísticos, relativos à ordem interna, propostos por Greenberg

"Por una parte vamos a dar cuenta de los resultados que ofrece uno de estos métodos, el léxicoestadístico; por otra, la aplicación de la tipología de Greenberg nos permitirá la interpretación de lo que la léxico-estadística nos ofrece como indicio. La combinación de ambos métodos, como ya una vez hemos propuesto." (TOVAR, Antonio, 1981, p. 143)

Primeiramente, é mister ressaltar que o que caracteriza os universais linguísticos greenberguianos é o fato de serem eles afirmações implicacionais, de base estatística, e, por isso mesmo, também podem ser

^{68 &}quot;Le altre tre sono inesistenti o rarissime (il quarto è rarissimo; gli ultimi due inesistenti).".

^{69 &}quot;Por um lado, vamos dar conta dos resultados que um destes métodos oferece, o léxico-estatístico; por outro, a aplicação da tipologia de Greenberg nos permitirá a interpretação do que a léxico-estatística nos oferece como indício. A combinação de ambos os métodos, como já uma vez propusemos.") (tradução livre).

considerados como universais estatísticos. Os universais são implicacionais, posto que "uma vez dado X em uma língua particular, sempre encontramos Y'; porém, o contrário não é verdadeiro" (GREENBERG, *op. cit.*, p. 73 – tradução livre).

Antes de enumerar e explicar cada universal linguístico para a sua tipologia de ordem básica, Greenberg esclareceu que empregaria três conjuntos de critérios. O primeiro dos critérios é a existência de anteposições, *i.e*, preposições (Pr), em contraste com posposições (Po), os quais conceitos se relacionam, como vimos anteriormente, à posição de um dos elementos de referência ou na sentença ou nos grupos nominais: verbo, substantivo e adjetivo.

A ordem relativa do sujeito, do verbo e do objeto em frases declarativas com sujeito e objeto nominais compõe o segundo critério. Segundo o autor, a grande maioria das línguas apresenta diferentes ordens variantes, mas apenas uma dominante, como já observamos no item anterior. Refere-se a seis possíveis ordens: VSO, SVO, SOV, VOS, OSV e OVS, entre as quais apenas as três primeiras normalmente ocorrem como ordens dominantes.

O terceiro e último critério é a posição dos adjetivos qualificativos (ou seja, as qualidades de designação) em relação ao substantivo. Também há variações nessa ordem, mas Greenberg afirma que a grande maioria das línguas tem uma ordem dominante: "A" simboliza a ordem dominante, em que o adjetivo precede o substantivo (*i.e*: AN); e "N" simboliza a ordem dominante, em que o substantivo precede o adjetivo (*i.e*: NA).

Considerando as três ordens dominantes na sentença (I – VSO, II – SVO e III – SOV), a ocorrência de posposição (Po) e de preposição (Pr) e a posição do adjetivo qualificativo em relação ao substantivo nas ordens dominantes (A = AN e N = NA), Greenberg distribuiu as trinta línguas analisadas (basco, bérbere (africano), birmanês, burushaski, chibcha, guarani, filandês (europeu), fulani, galês, hebraico, hindi, inglês, italiano, japonês, kannada, loritja (da Oceania), malaio (asiático), maori, masai, maya zapotec, grego moderno, norueguês, núbio, quíchua, sérvio, songhai, swahili, tailandês, turco, ioruba) da seguinte forma:

Fonte: Adaptação da Tabela 1 em Greenberg (1963, p. 76)

Assim, segundo o autor, apenas seis línguas são do tipo I (VSO), como se constata na última linha da Tabela 1; onze são do tipo III (SOV); as outras treze, a maioria das línguas analisadas, são do tipo II (SVO). Também se pode observar que apenas uma língua de ordem dominante SVO e seis SOV, que são posposicionais, apresentam-se com o adjetivo anteposto ao substantivo (ordem dominante A). As outras sete posposicionais – duas SVO e 5 SOV – apresentam-se com o substantivo anteposto ao adjetivo (ordem dominante N). Observa-se, ainda, que, das dezesseis línguas preposicionais da referida amostra, quatro SVO apresentam-se com o adjetivo anteposto ao substantivo (ordem dominante A) e outras doze – seis VSO e seis SVO – apresentam-se com o substantivo anteposto ao adjetivo (ordem dominante N).

Como "Po-A" simboliza a posposição, tendo o adjetivo como termo precedente no grupo nominal, "Pr-A" simboliza a preposição, com o adjetivo como termo precedente, "Pr-N", a preposição, tendo o substantivo como termo precedente no grupo nominal, e "Po-N", a posposição, com o substantivo como termo precedente, confirmam-se que as línguas com ordem VSO dominante são sempre preposicionais (Universal 3) e que as com ordem SOV dominante são posposicionais (Universal 4). Também se pode observar que as línguas com ordem dominante SVO são frequentemente preposicionais, mas podem ser posposicionais.

Dos 45 (quarenta e cinco) universais linguísticos, propostos pelo estudioso, destacam-se 8 (oito) por se referirem à colocação de elementos internos do sintagma nominal, que é o escopo desta pesquisa, e ao relacionamento dos elementos que compõem um grupo nominal e à ordem SOV – línguas do grupo III –, em que se pode classificar o latim:

Universal 2. Em línguas com preposições, o genitivo quase sempre sucede o substantivo governante, enquanto em línguas com posposições quase sempre precede.

Sobre a ordem genitiva, da amostra presente das trinta línguas, Greenberg constatou que 14 têm posposições, e nelas a ordem genitiva se caracteriza por ter o (G)enitivo, seguido de um substantivo governante

(GN). De outras catorze línguas preposicionais, treze apresentam-se com o genitivo posposto ao substantivo governante, *i.e*, NG.

Segundo ele, a posição genitiva se correlaciona altamente com Pr/Po, e as línguas do tipo III normalmente têm ordem GN, mas há algumas exceções. "Contudo, sempre que a ordem genitiva varia, a ordem adjetiva também varia, enquanto a declaração correspondente não é válida para Pr/Po" (GREENBERG, *op. cit.*, p. 77).

Sobre a ordem genitiva em latim (que supomos ser do tipo III), a qual apresenta preposições e posposições, pode-se dizer que a ordem dominante é aquela em que a forma de genitivo – que é um complemento determinativo – pospõe-se ao substantivo governante como um adjetivo discriminativo, como bem observou Marouzeau (2017, p. 48).

Universal 3. As línguas com ordem VSO dominante são sempre preposicionais.

Das trinta línguas analisadas, o autor constatou que apenas seis são do tipo I e que todas são preposicionais. Como se pode observar na Tabela 1 acima, tais línguas I/Pr-N apresentam-se com o substantivo anteposto ao adjetivo (ordem dominante N). Segundo ele, "isso se mantém com poucas exceções a nível mundial. Existem, no entanto, alguns exemplos válidos de I/Pr/A (adjetivo precedente)" (GREENBERG, *op. cit.* p. 76).

Afirma, ainda, que não existem línguas posposicionais no tipo I, já que constituem os opostos polares das línguas do tipo III, como se pode observar na Tabela 1 supracitada.

Universal 4. Com uma frequência muito maior que a possibilidade, as línguas com ordem SOV normal são posposicionais.

Também se pode observar na Tabela 1 que onze das trinta línguas da amostra são do tipo III, sendo que seis III/Po-A com o adjetivo anteposto ao substantivo (ordem dominante A) e cinco III/Po-N, com o substantivo anteposto ao adjetivo (ordem dominante N).

Como constituem os opostos polares das línguas do tipo I, que, segundo o autor, são sempre línguas preposicionais, espera-se que não exista nenhuma língua posposicionais do tipo III, embora o próprio autor não ignore tal possibilidade.

Universal 5. Se uma língua tem uma ordem de SOV dominante e o genitivo segue o substantivo governante, então o adjetivo também segue o substantivo.

Segundo o autor, a posição genitiva se correlaciona potencialmente com a variação Pr/Po, e normalmente as línguas desse tipo III têm ordem GN (genitivo precedente ao substantivo, como ocorre com o latim). Daí, o autor afirmar que sempre que ocorrer desvios da ordem genitiva (GN/NG), a ordem A dominante também se desvia (NA/NG). Sendo, pois, possível a ordem N variante (substantivo precedente).

Universal 17. Com uma frequência esmagadoramente mais do que casual, línguas com ordem dominante VSO têm o adjetivo após o substantivo.

Na Tabela 2 abaixo, apresenta-se um resumo sobre a posição do adjetivo em relação ao substantivo para as trinta línguas analisadas:

Tabela 2:			
	I	II	III
NA	6	8	5
AN	0	5	6

	Pr	Po	Pr
NA	12	7	12
AN	4	7	4

Fonte: Adaptação da Tabela 2 em Greenberg (1963, p. 83)

Vê-se que, de modo geral, os adjetivos se pospõem ao substantivo, já que nos três tipos de ordem dominante há línguas com NA (dezenove das 30 línguas), com maior ocorrência em línguas do tipo II (oito delas). Essa ocorrência de NA é mais incidente em línguas preposicionais, e em línguas de tipo I propriamente, que, como observou Greenberg, são sempre preposicionais.

Contudo, o autor constatou que línguas de tipo I apresentam-se com adjetivo anteposto ao substantivo, o que justifica este "quase universal", como o próprio autor denominou.

A colocação dos demonstrativos e dos numerais é semelhante à dos adjetivos descritivos nas línguas da amostra. Porém, esses elementos tendem a preceder o substantivo, mesmo quando o adjetivo descritivo sucede. E quando o adjetivo descritivo precede o substantivo, os demons-

trativos e os numerais sempre precedem o substantivo, como se pode observar na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3:

	NA	AN
Dem-Subst	12	7
Subst-Dem	11	10
Num-Subst	8	10
Subst-Num	11	0

Fonte: Adaptação da Tabela 3 em Greenberg (1963, p. 84)

Universal 18. Quando o adjetivo descritivo precede o substantivo, o demonstrativo e o numeral, com uma frequência excessivamente maior do que a possibilidade, fazem o mesmo.

Em relação aos numerais classificadores, o autor levou em consideração a posição do numeral em relação ao classificador e levantou a hipótese de não haver relação entre a posição do numeral e o demonstrativo fora da posição adjetiva. Afirma que quando o adjetivo segue o substantivo é possível que o numeral o preceda, mas não o demonstrativo; é possível que o demonstrativo o precede, mas não o numeral.

Universal 19. Quando a regra geral é que o adjetivo descritivo sucede o substantivo, poderá ser uma minoria de adjetivos que geralmente precedem, mas quando a regra geral é que os adjetivos descritivos o precedem, não existem exceções.

Observou-se que, normalmente, o demonstrativo sucede enquanto o adjetivo descritivo precede o substantivo. Outros quantificadores (por exemplo, 'alguns', 'todos') e adjetivos interrogativos e possessivos tendem a preceder o substantivo, como se pode observar, por exemplo, nas línguas românicas, mas esses casos não foram estudados pelo autor.

Universal 20. Quando um ou todos os itens (demonstrativo, numeral e adjetivo descritivo) precedem o substantivo, eles sempre são encontrados nessa ordem. Se eles o sucedem, a ordem é a mesma ou o seu oposto exato.

Para chegar à conclusão acima, Greenberg levou em consideração a ordem dos qualificadores adverbiais de adjetivos em relação ao adjetivo a que se referem. Essa ordem também mostra uma relação definitiva àquela entre o adjetivo descritivo e o substantivo, como mostra a Tabela 4, em cuja terceira linha se podem observar casos (duas línguas das trinta) em que certos advérbios precedem e outros seguem.

Tabela 4:

	AN	NA
Adv-Adj	11	5
Adj-Adv	0	8
Adj-Adv e	0	2
Adv-Adj		

Fonte: Adaptação da Tabela 7 em Greenberg (1963, p. 85)

Na primeira linha, verifica-se que há uma tendência para o advérbio preceder o adjetivo, que, segundo o autor, só pode ser substituído em alguns casos quando o adjetivo segue o substantivo. O autor observa, ainda, que, em todas essas línguas em que alguns ou todos os advérbios seguem o adjetivo, o substantivo segue o adjetivo, e que todas são línguas dos tipos I e II.

A partir da explanação desses oito universais linguísticos greenberguianos, pode-se inferir que línguas de ordem dominante SVO podem ser preposicionais ou posposicionais e se caracterizam por apresentar frequentemente a posposição do adjetivo qualificativo e do genitivo em relação ao substantivo (N-A, N-G). As línguas de ordem dominante SOV são posposicionais e se caracterizam por apresentar tanto a preposição quanto a posposição do adjetivo qualificativo e do genitivo em relação ao substantivo (NA ou AN, NG ou GN).

Como observam Baños e Cabrillana Leal (2008, p. 17), "sem dúvida, existe um 'princípio de harmonia entre categorias', já que a posição dos elementos de um sintagma se generaliza a outras categorias sintagmáticas" (tradução livre).

Mais adiante, consideraremos esses universais linguísticos aplicados ao latim (que não compôs a relação das trinta línguas analisadas por Greenberg), que supostamente é uma língua do grupo III (SOV) — quiçá, do grupo II (SVO) — para constatar a validade de tais conceitos mormente na linguagem das odes do *Liber I*, de Horácio (*Corpus* que serviu de escopo para esta pesquisa).

3. Tipologia da língua latina, considerando os universais linguísticos de orientação greenberguiana

Considerando que certas forças atuam na constituição de padrões linguísticos nas línguas naturais, os quais não se explicam com regras gramaticais, advindas da gramática em si da língua em questão, assumo que o tema acerca da ordem das palavras em latim é deveras complexo.

Os partícipes de uma atividade comunicativa atuam de forma efetiva e praticamente definem um padrão de ordenação dos termos da estrutura linguística: tópico e foco, que são escopos da pragmática, são constituídos na situação comunicativa e praticamente pelos participantes dela.

Na teoria da Perspectiva Funcional da Frase (*Functional Sentence Perspective – FSP*), proposta por Firbas (1957 *apud* PANHUIS, *op. cit.*), os termos em uma estrutura linguística se distribuem de acordo com os objetivos comunicativos dos seus partícipes ou da função de tal estrutura linguística em seu contexto verbal ou situacional.

Segundo Panhuis (Cf. *Op. cit.*, p. 7), as origens da teoria da FSP foram desenvolvidas na Escola de Praga e se relacionam diretamente a Weil, que concebia a ordem das palavras numa gramática, cujo princípio, entretanto, seria independente da sintaxe. Para Weil (1844 *apud* PA-NHUIS, *op. cit.*, p. 7), distinguem-se "o ponto de partida" e "o objetivo do discurso" e essa distinção é a base para a teoria da ordem das palavras, de Weil; para esse linguista e filólogo alemão a organização sintática e a organização comunicativa podem ser independentes, como o era no latim, ou tendem a coincidir, como nas línguas modernas, em que o sujeito é o ponto de partida do próprio pensamento.

Nessa FSP, a comunicação se caracteriza como um processo dinâmico, uma transmissão de informação que se dá do emissor para o destinatário e que faz com que a comunicação avance ou se desenvolva. Embora tal aspecto ocorra em todos os níveis do discurso, a teoria da FSP concentra-se no nível da frase, e especialmente no grau ou quantidade de dinamismo comunicativo (CD).

O arranjo dos constituintes da frase conforme a distribuição básica de CD é o primeiro fator da FSP; o segundo é a dependência contextual, que reduz o grau de CD de um elemento da frase; e o terceiro se refere ao domínio semântico.

Segundo Firbas (1957, p. 43 apud PANHUIS, op. cit., p. 11), "quando um elemento é conhecido ou recuperado do contexto verbal ou situacional, torna-se temático ou 'desdinamizado', independentemente da sua estrutura semântica ou da sua posição no arranjo linear" (tradução livre).

Spevak (2010a), corroborando a teoria de Firbas, observa que a ordem dos constituintes é predominantemente governada pela FSP (isto é, pelo crescente dinamismo comunicativo):

O que governa a distribuição de elementos em uma sentença (em um contexto normal, não construtivo ou não enfático) é o princípio do aumento do dinamismo comunicativo: o elemento com o menor grau de dinamismo comunicativo vem primeiro, o elemento com maior grau — ou podemos dizer o mais informativo — vem por último. (SPEVAK, 2010a, p. 4) (tradução livre)

Isso pode explicar o fato de a grande maioria das línguas terem mais de uma ordem variante, sendo uma delas a predominante, e isso não constitui um fator definidor de uma única ordem básica. Em latim, por exemplo, a ordem dominante se caracteriza com SOV; pelo menos é o que se pode observar nas obras dos autores clássicos como é o caso dos textos prosaico de Júlio César e de Cícero, os quais frequentemente colocam o verbo no final de uma oração⁷⁰; este posicionamento do verbo em final de oração tem sido descrito por diversos estudiosos como "normal" (característica da "ordem natural" do latim), sendo descritas, pois, como "desvios" as outras posições do verbo empiricamente observadas, inicial ou interna.

De fato, as línguas exibem uma ordem básica não marcada do S(ujeito), do O(bjeto) e do V(erbo). Logo, outras ordens são vistas como "desvios", como observou Spevak (2010a): "Embora seja geralmente afirmado que, do ponto de vista tipológico, o latim exibe uma ordem básica SOV, a questão é mais complicada. (*Idibidem*, p. 2).

Por conseguinte, tendo como respaldo o enfoque da GF, a qual não ignora a coexistência de diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para variadas finalidades, e considerando os critérios greenberguianos, assumo que o latim é ambivalente. Quanto à ordem dos termos S(ujeito), V(erbo) e O(bjeto) – ou melhor, complemento, uma vez que não raro verbos latinos exigem complementos Dativo e/ou Ablativo, além do complemento Acusativo –, quando esses três constituintes são explícitos, coexistem dois padrões igualmente relevantes de ordenação: SVO e SOV – considera-se a estrutura OV, já que normalmente ocorria a omissão do sujeito, principalmente no período clássico.

Spevak (*Ibidem*, p. 5) observa que Panhuis (*Op. cit.*, p. 54) define três arranjos principais para o latim: (i) um arranjo normal não emotivo {tema > rema > verbo} e dois arranjos "emotivos" (ii) {rema > tema> verbo}, e (iii) {verbo > (rema) > tema} (Convém lembrar que o *tema* é a

⁷⁰ Cf. Baños; Cabrillana Leal (2008); Cabrillana Leal (1993) – Artigos sobre ordem dominante em latim, com dados estatísticos.

informação velha ou o assunto sobre o qual trata a predicação – grosso modo, relaciona-se com o Sujeito –; o *rema* é a informação nova ou aquilo que se diz sobre o tema – grosso modo, relaciona-se com o que se diz do Sujeito. Porém, não raro parte da predicação pode funcionar como tema, o que comprova que tema e rema não são exatamente sujeito e predicado, termos da Gramática Tradicional.). A relação entre *tema* e *tópico* e entre *rema* e *foco*, nesse caso, é mais plausível, embora não seja perfeita, já que não se trata de uma noção especificamente pragmática e sim, sintático-semântica (Cf. PINKSTER, *op. cit.*).

Panhuis (*Op. cit.*, p. 55) não trata apenas do arranjo dos constituintes temáticos, mas também dos constituintes remáticos. Em casos de orações com um verbo final, o constituinte mais informativo não se posiciona propriamente antes do verbo, posto que a posição final ou pré-verbal não é exclusiva do constituinte de rema e, por conseguinte, não se deve confiar que essa posição seja um indicador de que o constituinte que a ocupa tem a função de rema. Fato é que, como já dissemos antes, a GF distingue duas principais funções pragmáticas na descrição da ordem dos constituintes: tópico e foco – termos cunhado pela Pragmática.

Em latim, a ordem dos constituintes na prosa literária e também na poesia pode refletir várias figuras estilísticas, servindo como ornamentação. Ela se mostra variável, uma vez que a colocação de um constituinte em uma oração não é determinada exclusivamente pela sua estrutura gramatical. Exatamente por isso, Spevak assevera logo no início da Introdução de sua obra que:

Em latim, a ordem dos constituintes é preferencialmente determinada por e indicativo de: (i) o papel de um constituinte no discurso, ao qual se refere no discurso precedente, (ii) a estimativa do orador ou escritor sobre o que o destinatário sabe e espera, e (iii) quão importante o falante e o ouvinte consideram um componente dentro da comunicação total. (SPEVAK, 2010a, p. 1) (tradução livre)

Convém lembrar que a ordem dos constituintes em latim depende, em grande parte, de regras pragmáticas e não de regras sintáticas. Além disso, as descrições das funções sintáticas de sujeito, objeto e verbo tomam como escopo as orações que contêm verbos transitivos; com outros tipos de verbos (monovalente e trivalente) são geralmente deixadas de lado como se não existissem. E não se pode negligenciar a considerável variedade de padrões que ocorrem não só em diferentes autores latinos, mas também nos trabalhos de um mesmo autor, como é o caso de Horácio, o qual é privilegiado nesta pesquisa.

Contudo, nessa variedade de padrões das estruturas latinas, há inúmeras restrições de colocação e certas liberdades que lhes são peculiares; tais casos não ocorrem, por exemplo, no português nem no alemão. Certamente, a poesia latina é mais flexível do que a prosa, e a liberdade na colocação dos constituintes se efetiva com mais intensidade. Logo, elementos coordenadores, partículas conectivas, subordinadores e palavras interrogativas, em virtude de suas propriedades semântico-referenciais e funcionais, são comumente encontrados na posição inicial em latim.

Sabe-se da existência de uma tendência translinguística a que os constituintes permaneçam dentro de seu próprio domínio. Sob essa tendência, que constitui um princípio de integridade do domínio, válido também para o latim, sintagmas ou cláusulas de particípio ou de infinitivo mantêm unidos os seus elementos (Cf. BOTELHO, 2007). Não obstante, podem distinguir-se vários tipos de descontinuidade em latim, dependendo dos elementos que a produzem (Cf. PINKSTER, *op. cit.*).

No entanto, segundo Pinkster, não constitui uma escolha do falante ou do autor tais descontinuidade; trata-se de uma restrição, causada pela propriedade enclítica e pospositiva desses elementos que produzem o fenômeno. Também, segundo ele, a ordem dos constituintes em latim obedece a regras pragmáticas, no sentido de que o valor semântico dos constituintes e também a sua posição acumulam a mensagem que o orador ou autor quer comunicar.

Na verdade, é neste sentido que a Escola de Praga utilizou o termo "ordem livre dos constituintes". Não significa, portanto, que uma palavra possa ser colocada em qualquer lugar na oração indiscriminadamente; significa que a sua posição atua fortemente no significado da oração. Cabe ao orador ou ao escritor escolher que palavra considera ser portadora de maior informatividade para ocupar a posição proeminente — posição de destaque. Certamente a posição de proposição inicial é proeminente e é, pois, ocupada por constituintes marcados, como o são os tópicos e os elementos contrastivos. Ou seja, o constituinte que porta a informação mais significativa normalmente ocupa o extremo direito da oração ou, na prosa latina clássica, antes do verbo. E isso não quer dizer que os constituintes de foco não possam ser posicionados no final ou pré-verbal; eles podem ser encontrados em diferentes partes da oração, especialmente após o tópico, ou ainda no extremo direito da oração, normalmente destinado para o tópico.

Destarte, a real questão é como se podem identificar os constituintes de foco em latim.

Basicamente, convém atentar para o fato de que a dependência contextual é, por vezes, sinalizada por meio de expressões anafóricas, e que os elementos dependentes do contexto como o tópico podem, não raro, exercer uma função pragmática. Por isso, faz-se necessário atentar para a seguinte questão levantada por Spevak (2010a):

Espera-se que cada oração ou cláusula transmita alguma informação que contribuirá para o desenvolvimento do discurso. Ela pode incluir outros elementos, mas deve conter algo novo: o Foco. (SPEVAK, 2010a, p. 35) (tradução livre)

Elementos que se mostram independentes do contexto são utilizados frequentemente na função de foco, que pode se referir a uma parte de um constituinte. Já vimos que o foco é o elemento que transmite informações de destaque pragmático como é o caso do hipérbato ou da descontinuidade de sintagmas nominais.

Não se pode deixar de reconhecer, também, que a incidência de estruturas linguísticas sem a presença física do termo sujeito é expressiva, e que, nesse caso, o padrão OV é muito mais recorrente que o padrão VO, cuja ocorrência é considerável. Nesse caso, porém, pode-se falar numa ordem básica OV, com uma variante VO, já que a incidência daquela ordenação é maior.

Muitos autores chamam a atenção para o fato de ser, em textos latinos, bastante ocorrente a omissão do termo sujeito quando é possível subentendê-lo no contexto. Adams (1976, p. 72), por exemplo, afirma que "o latim é um tipo quase puro com seus dois extremos cronológicos". De fato, comparando o tipo OV de documentos jurídicos do século I e tipos VO de textos tardios, procura demonstrar que ocorreu um tipo de reajuste na tipologia da língua latina, que passou de um tipo OV para um tipo VO antes das peças de Plauto.

Como se pode verificar, para Adams (*Ibidem*), tal mudança já se pôde constatar na época clássica, em Plauto, contrariando a literatura unânime de que tal fato se tenha dado na época pós-clássica. Entretanto, o próprio Adams sugere que a nova ordem na língua tenha sido causada por uma evolução fonológica, motivada pela perda das desinências casuais, que se deu mais tardiamente, o que se nos parece contraditório.

Numa perspectiva diacrônica, Baños e Cabrillana Leal (*Op. cit.* p. 7) referem-se à ordenação OV/VO como uma ordem básica da evolução

diacrônica do latim. Os autores citam e corroboram o estudo feito por Álvarez Pedrosa sobre inscrições arcaicas latinas (a *Lex XII Tabularam*, de 450 a.C., e uma seleção de leis do Séc. II a.C.), em que, baseando-se nos parâmetros greenberguianos, os dados deixam claro que o latim arcaico se caracterizava como um tipo OV. Em relação ao latim clássico, os autores sugerem um paralelismo similar da ordem básica SOV, como parece indicar os dados da sua pesquisa. O que justifica a hipótese defendida por alguns autores como Adams (1976) de ter ocorrido na obra de Plauto, enquanto reflexo do latim coloquial, uma mudança tipológica de SOV para SVO. Contudo, refutam aquela hipótese de Adams de que "o latim clássico apenas mantinha uma ordem SOV artificial, arcaizante, conservadora e sem relação com o latim falado":

Uma hipótese pouco plausível: por um lado, em Plauto, embora não de forma tão marcada quanto no período clássico, a ordem mais frequente é a OV (Porzio, 1986); por outro lado, é difícil explicar a alternância VO/OV em Plauto como uma mudança contínua de registro (coloquial/literária). (BAÑOS; CABRILLANA LEAL, 2008, p. 17) (tradução livre)

Já em Terêncio, autor vinculado ao círculo dos Cipiões, observam Baños e Cabrillana Leal, o latim se caracterizava como uma língua coloquial culta, mas que, do ponto de vista tipológico, já se mostrava uma ordenação SOV pouco rígida.

Segundo eles, este estado de transição encontra respaldo nos dados mostrados na análise das Inscrições de Pompeia, feitas por Ramat em 1984, cuja língua muito se assemelha à de Terêncio.

Contudo, Baños e Cabrillana Leal asseveram que essa relativa frequência da ordem VO em Terêncio e a sua maior incidência em Plauto pode ser explicada em parte por razões pragmáticas e textuais mais propriamente que por razões sintáticas ou tipológicas. Nos textos narrativos da prosa clássica, a coesão textual desempenha um papel fundamental, já que a linguagem da comédia, por exemplo, por sua própria natureza dialogada, está muito mais sujeita à frequente mudança de tópico e de foco.

No que se refere aos constituintes dos grupos nominais (sintagmas nominais) A(djetivo) e N(ome), também coexistem os dois padrões igualmente relevantes de ordenação, pois ocorrem a ordem dominante A (conceituação greenberguiana) e a ordem dominante N com uma incidência relativamente igual.

Isso explica por que os elementos modificadores do tipo adjetivo não são colocados aleatoriamente antes ou depois do substantivo e, tam-

bém, por que podem ser posicionados distante do seu núcleo substantivo. O que também demonstra que os sintagmas nominais em latim são muito flexíveis.

Pinkster (*Op. cit.*, p. 239) afirma que "o adjetivo é normalmente posposto ao seu núcleo substantivo e que são antepostos quando há fatores pragmáticos" – tradução livre. Esse posicionamento antes do substantivo se verifica não só com adjetivos contrastivos ou enfáticos, mas também com adjetivos que pertencem a um sintagma nominal dependente do contexto, o qual pode ou não funcionar como tópico.

Considerando o princípio semântico de que um adjetivo que expresse uma flagrante propriedade aparece colocado próximo do seu núcleo substantivo, ao contrário do que ocorre com um adjetivo que expresse uma qualidade subjetiva fica geralmente mais distante, como bem assinalou Marouzeau (2017), podemos compreender a natureza também ambivalente da estrutura dos grupos nominais latinos.

Na verdade, Marouzeau (*Ibidem*) simplifica sobremaneira a questão da colocação do adjetivo, em relação ao núcleo substantivo a que se fere, a partir da distinção semântica entre o adjetivo qualificativo e o discriminativo (ou determinativo): este sucede o nome; aquele, o precede. Depois, discorre sobre o valor ocasional dos tipos de adjetivo, já que frequentemente um mesmo adjetivo pode assumir um valor ora qualificativo ora determinativo, por conseguinte, preceder ou suceder o seu núcleo substantivo dentro de um grupo nominal. Quanto ao deslocamento do adjetivo para uma posição afastada do seu núcleo substantivo — movimento que se caracteriza como disjunção —, Marouzeau assume uma postura sintático-estilística e considera o fenômeno como um artifício para se colocar em destaque o adjetivo, realçando-lhe a sua semântica.

Segundo Spevak (2010a), razões pragmáticas justificam a colocação pré-nominal de adjetivos, os quais contêm contraste ou são contextualmente ligados, ainda que não tenham a função de tópico. Assim, os adjetivos contrastivos podem ser antepostos, pospostos ou ainda ser colocados em posição medial. Isso ocorre por que as funções e as características pragmáticas têm o poder de afetar a ordem interna dos componentes dos sintagmas nominais latinos. Daí, poderem eles exibir vários arranjos, já que o latim é uma das línguas que permitem a coordenação de adjetivos denotadores de quantidade e avaliação. E esses arranjos, na prosa literária, assim como na poesia, podem refletir várias figuras estilísticas, que servem como ornamentação do texto.

Quanto à colocação de complementos de genitivo em latim, pode-se dizer que constitui uma questão ainda mal definida, especialmente porque as estatísticas não demonstram uma incidência clara de sua posição preferencial. Esse constituinte de um grupo nominal, que é praticamente um sintagma nominal, pode figurar antes ou depois do substantivo a que se refere, numa proporção praticamente igual. Certamente, tal flexibilidade se deve ao fato de ser ele um verdadeiro sintagma nominal e não puramente um determinante como o são os adjetivos e os pronomes adjetivos – determinantes por excelência. Daí, apresentarem ordens variadas e, quando acompanhado de um modificador, dividir o grupo nominal AN: {modificador > genitivo > substantivo, constituindo o que se pode chamar de "hipérbato interno". Aliás, diga-se de passagem, esta é a ordenação preferencial entre os poetas clássicos, embora haja casos em que o complemento genitivo figura fora do grupo nominal.

Um grande número de estudos sobre complementos de genitivo foram desenvolvidos, mas a questão de sua ordem normal ainda está sem uma resposta convincente, exatamente por que os resultados são incongruentes.

Hoff (2002. p. 208), por exemplo, conclui que, no sintagma nominal, os complexos complementos de genitivo são incorporados em 28% dos casos na prosa clássica e que os complementos genitivos que não são incorporados, mas colocados antes ou depois do grupo nominal, são mais frequentes.

Até mesmo Marouzeau (2017), que se preocupou em descrever os diversos grupos sintáticos – e o fez extensivamente –, apresentando comentários deveras esclarecedores, não asseverou sobre a posição preferencial do complemento genitivo, apesar de ter reservado um item (VII. Complemento Determinativo) dentro Primeira Parte (Os grupos Nominais) para tratar do assunto. Informou, *en passant*, que "ela (a construção com genitivo) abrange, assim, mais ou menos o uso do adjetivo discriminativo, e, como ele, o substantivo em genitivo é normalmente posposto" (MAROUZEAU, *ibidem*, p. 48 – tradução livre). Depois descreve a possível colocação antes do substantivo e acaba, por fim, demonstrando a ambivalente colocação do complemento genitivo em relação ao substantivo a que se refere.

Também a partir de estudos tipológicos aplicados ao latim, Adams (*Op. cit.*) analisou o posicionamento de termos dentro de um sintagma nominal. Assim como o fez Marouzeau (2017), Adams estabeleceu cer-

tos parâmetros em relação à colocação do adjetivo ou do termo em genitivo em relação ao seu núcleo substantivo na constituição do sintagma nominal.

Em uma linguagem VO, assim como o elemento limitador (o objeto) precede o elemento que ele limita (...), assim outros elementos limitadores ou modificadores tendem a preceder o elemento limitado. (ADAMS, 1976, p. 70) (tradução livre)

Em suma, a separação por palavras ou grupos de palavras que não pertencem ao sintagma nominal é uma característica do sintagma nominal latino. Este fenômeno, que é denominado hipérbato ou descontinuidade de sintagma nominal, põe em questionamento a hipótese de que "os constituintes preferem permanecer dentro dos limites de seu próprio domínio" (RIJKHOFF, 2002, p. 250) e "os constituintes de um domínio preferem não ser interrompidos por outros constituintes" (Idibidem, p. 250). O que se constata, efetivamente, é que o complemento genitivo pode ser colocado no início ou no final da oração, como também pode ocupar outras posições no seu interior, inclusive separando um grupo nominal. E assim como já observaram outros estudiosos (Cf. ADAMS, 1971 e 1976; PANHUIS, 1982 e 1978; PINKSTER, op. cit.; SPEVAK, 1910a e 1910b), a ordem dos constituintes em latim seria estabelecida a partir de regras pragmáticas de colocação. Logo, segundo esses autores, se a variabilidade da ordem dos constituintes em latim é motivada de forma pragmática, não se trata de uma questão de estilo.

Não obstante, Spevak (2010a), a partir de seu estudo sobre a prosa em latim clássico, admite que se efetiva um uso "adicional" de arranjos estilísticos especiais e de figuras de linguagem a serviço do estilo nos textos elaborados em latim e conclui que "a ornamentação estilística pode ser superposta à pragmática, embora as várias ocorrências de ordenações de constituintes em latim não devam ser entendidas como uma ornamentação estilística" (SPEVAK, *ibidem*, p. 285 – tradução livre).

Já comentamos anteriormente que Marouzeau (2017) reconhece essa relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas latinas, e que diversos fatores (de uso, de sentido, de estilo, de ritmo) podem determinar as diferentes colocações de palavras na oração. Logo, o autor reconhece a possibilidade de tal flutuação, mas afirma que a liberdade de ordenação das palavras em latim é restrita e constitui um dos elementos dos estudos de estilística. Contudo, também reconhece a complexidade do assunto, o que lhe confere uma acentuada dificuldade em discernir a ação de cada um desses fatores. Segundo autor, o estudo da ordem das pala-

vras pode ser considerado um dos mais complexos e que recebeu menos atenção dos estudiosos em estilística (Cf. MAROUZEAU, 1949).

Assim como outras línguas do grupo III, o latim apresenta, também, declarações com outras ordens tanto na prosa artística ("<u>Laudant</u> me maximis laudibus, tantum navium, tantum exercitum..." (Cat. *Orat.* I, 28)) e não artística ("Ex gente Domitia duae familiae <u>claruerunt</u>, Caluinorum et Aenobarborum." (Suet. *Nero* IV, I, 1)), quanto na poesia (<u>Crescit</u> occulto uelut arbor aeuo / fama Marcelli" (Hor. *Odes*, I, XII, 45-6)). E isso não se pode negar.

De fato, Greenberg não analisou o latim e, das línguas românicas, somente o italiano é uma daquelas trinta línguas estudadas por ele. Contudo, sob o prisma de sua teoria, se podem classificar as línguas românicas como SVO e o latim, embora não se enquadre perfeitamente em nenhum dos padrões estabelecidos, pode ser classificado como SOV ou como ambivalente, posto que o próprio latim clássico se efetivava como SOV e SVO.

Sob a perspectiva da tipologia greenberguiana, muitos estudos foram desenvolvidos a partir de obras clássicas em prosa latina. Embora tais estudos possam respaldar a hipótese de ser o latim uma língua SOV ou ambivalente, não constituem uma prova cabal para uma classificação definitiva, posto que o *corpus* utilizado sempre se limitou a um número razoável de textos.

Paul Linde (1923 *apud* CABRILLANA LEAL, 1991), por exemplo, num estudo estatístico sobre diversas obras em prosa, apresenta dados sobre a colocação do verbo, que nos leva a pensar que a posição final é a posição preferencial dos seguintes textos, os quais Cabrillana Leal, em sua tese de Doutorado (1991, p. 9) resume da seguinte forma:

	Cé- sar	Saluste	Ca- tão	Saluste	Bellum Afri- cum	Tácito	Lívi o	Cíc ero	De re rustica	Peregri- natio Aetheriae
Oração Princi- pal	84 %	75%	70 %	75%	68%	64%	63 %	35- 54 %	33%	25%
Oração Subor- dinada	93 %	87%	86 %	87%	73%	86%	79 %	61 %- 70 %	44%	37%

Fonte: adptação do resumo de Cabrillana Leal (1991, p. 9).

Interpretando esses dados e a sua disposição na tabela, Cabrillana Leal infere que Linde concluiu que houve um lento enfraquecimento da

preferência na colocação do verbo em final de oração, inclusive em orações subordinadas, em que se verificava praticamente um padrão. A tal mudança da preferência pela posição final do verbo se desenvolve desde Júlio César (Séc. I a.C.) até a *Peregrinatio Aethereae* (Séc. IV d.C., provavelmente).

Mais tarde, Cabrillana Leal (1993), tendo como escopo o *Livro I*, das *Cartas a Ático*, de Cícero, apresenta os seguintes dados ao analisar a posição de S(ujeito):

- ➤ 76,66% das estruturas em todo o texto ocorrem em posição inicial e 23,24% delas ocorrem em posição não inicial;
- ➤ 71,20% das estruturas em orações principais ocorrem em posição inicial e 28,80% delas ocorrem em posição não inicial;
- ➤ 80,24% das estruturas em orações subordinadas ocorrem em posição inicial e 19,76% delas ocorrem em posição não inicial.

e observa que, de regra, como a posição inicial de S apresenta em torno de 25% de contrariedade, é preferível considerar não um padrão, mas uma tendência de o S ocupar a posição inicial da oração, principalmente na oração subordinada.

Depois, apresenta os dados abaixo ao analisar a posição de $V(\mbox{erbo})$:

- ➤ 68,95% das estruturas em todo o texto ocorrem em posição final e 31,05% delas ocorrem em posição não final;
- ➤ 50,20% das estruturas em orações principais ocorrem em posição final e 49,80% delas ocorrem em posição não final;
- ➤ 76,89% das estruturas em orações subordinadas ocorrem em posição final e 23,11% delas ocorrem em posição não final.

Constatando que a posição final de V apresenta um percentual considerável (praticamente 1/3 do total) de contrariedade. Logo, convém considerar uma tendência de o V ocupar a posição final das orações subordinadas e uma ambivalência quanto à posição do V em orações principais. Por fim, conclui que não se pode estabelecer uma regra de colocação do verbo sem considerar os dois tipos de oração: a principal e a subordinada, uma vez que tal fator se mostra fundamental para o estabelecimento de um padrão em latim.

Também Renzi (2015) observa que o latim apresenta uma grande liberdade na ordem das palavras, mormente na oração principal, e afirma que, na oração subordinada, contudo, predomina claramente o padrão SOV.

4. Considerações finais

Sem dúvida, um estudo descritivo de aspectos morfossintáticos e estilísticos de um texto literário em latim sempre se revelará complexo, devido à própria complexidade da língua latina. Mormente, se se tratar de um texto horaciano, cuja linguagem se caracteriza por apresentar, naquela época, diversas inovações estruturais na elaboração de seus versos. Pode-se dizer que a morfossintaxe de Horácio é especialmente complexa, e que a descrição dos aspectos relacionados à ordem das palavras em seus versos constitui uma tarefa árdua e de muitas dificuldades de tradução a todos que se propõe a ela.

Aspectos da Pragmática em consonância com as concepções desenvolvidas pela Gramática Funcional e os parâmetros da Tipologia Linguística apresentados por Greenberg (*Op. cit.*) foram considerados na presente análise descritiva. A fundamentação teórica propriamente dita se fez a partir das diversas obras de Marouzeau (mormente a de 2017), que descreve o comportamento das palavras nos grupos nominais – foco desta pesquisa –, sob uma perspectiva claramente sintático-estilística.

Como se pôde observar, apesar de a língua latina apresentar certa liberdade no que se refere à colocação dos termos na frase, especialmente na poesia, pode-se dizer que havia uma relativa padronização na ordem dos termos, à semelhança da ordem natural da prosa, cujas estruturas sintáticas se iniciavam com o termo nominativo (sujeito) e se finalizavam com o verbo, como já demonstramos acima.

Nas odes horacianas, contudo, tal padronização praticamente não existe, como se pôde constatar no *corpus* cotejado, que serviu como elemento de análise para esta pesquisa.

Assim, embora não pretenda ter esgotado o tema, concluo que a língua latina é do tipo ambivalente: SVO e (S)OV e que há uma relativa liberdade de colocação dos constituintes dos grupos nominais nas odes horacianas.

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada não só da linguagem de Horácio nas suas diversas obras como também da linguagem nas obras de outros autores latinos, julgo ser o presente trabalho uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, James Noel. A typological approach to Latin word order. *Indogermanische Forschungen*, 81, 1976. p. 70-100

BAÑOS, José Miguel; CABRILLANA LEAL, Concepción. El orden de palabras en latín: sintaxis y pragmática. In: Biblioteca de Recursos Electrónicos de Humanidade. Tema XXIII, 2. ed. revisada y ampliada. Madrid: Liceu, 2008. (E-excelence) (Disponibile en: https://docslide.com.br/documents/banos-leal-orden-de-pal.html)

BOTELHO, José Mario. *Colocação de palavras dos sintagmas nominais em odes de Horácio*: uma abordagem sintático-estilística. Tese (Doutorado em Letras Clássicas – Culturas da Antiguidade Clássica: O discurso latino clássico e humanístico) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. 240p.

Botelho,	Pequeno dicionário de latim-português. 3. ed. Rio de Janeiro 2014.
Horácio.	As diferentes estruturas morfossintáticas nas odes do Liber I, de <i>Revista Philologus</i> , Ano 20, n. 58, jan/abr, 2014. Rio de Janei FiL, 2014. p. 33-43
	Aspectos morfossintáticos do infinitivo latino. <i>Revista da A</i> , Nova fase, n. VIX, Rio de Janeiro: ABRAFIL, 2011. p. 96-124.
	Aspectos morfossintáticos do particípio latino. <i>Revista Philologus</i> nº 51 set/dez, 2011. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 45-65
em odes	O comportamento estilístico-sintático das formas verbo-nominais horacianas. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Fade Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da

CABRILLANA LEAL, Concepción. Panorama de los estudios sobre orden de palabras en latín. *Minerva* 7, 1993. p. 223-254.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ,

2007. 157p.

. Orden de palabras en Cic., Ad Atticum, I. Tesis Doctoral (Facultad de Filología, Departamento de Filología Griega y Latina. Universidad de Sevilla). Sevilla: Universidad de Sevilla, 1991. DEVINE, Andrew M.; STEPHENS, Laurence D. Latin word order: Structured meaning and information. New York: Oxford University Press, 2006. FARIA, Ernesto. Gramática da língua latina. 2. ed. Brasília: FAE, 1995. GREENBERG, J. Language typology: a historical and analytic overview. Mouton: The Hague, 1974. . Some universals of Grammar with particular reference to the order of the meaningful elements. In: GREENBERG, J. (Ed.). Universal of language. Cambridge: M. I. T. Press, 1963. p. 73-113 HOFF, François. L'ordre des mots chez César: les groupements adjectifnom-génitif rares. Lalies, n. 15, p. 245-57, Paris, 1994. . L'ordre des mots dans les syntagmes nominaux complexes et latin classique: 'Magnum fructum studiorum optimorum'. Lalies, n. 23, p. 205-23, Paris, 2002. HOFFMANN, Roland, Latin word order revisited: information structure of topic and focus. In: SPEVAK, Olga (Org.). Phonetik, Phonologie und Metrik. Manfred Kienpointner et Peter Anreiter (Eds), Latin Linguistics Today: Proceedings of the 15. CILL, Innsbruck, April 4-9, 2009, serie Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft. Innsbruck: Universität Innsbruck, 2010. p. 260-64. HORACE. Odes et épodes, Texte établi et traduit par F. Villeneuve, Paris, Les Belles Lettres, Tome I., 2002. HUGUET, Nicolás Lisón. El orden de palabras en los grupos nominales en latín. Zaragoza: Presses Universitaires, 2001. MAROUZEAU, Jules. A ordem das palavras em latim. Trad. de José Mario Botelho. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, título original: "L'ordre des mots en latin", 1953. _____. L'ordre des mots en latin. Volume complémentaire avec exercices d'application. Paris: Les Belles Lettres, 1953. . L'ordre des mots dans la phrase latine. V. III. Les Articulations de l'énoncé. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

__. L'ordre des mots dans la phrase latine. Tomo I – Les Groupes Nominaux. Paris: Librairie ancienne honoré champion, Éditeur, 1922. PANHUIS, Dirk G. J. The communicative perspective in the sentence. A study of Latin word order. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982. _____. Is Latin an SOV langage? A diachronic perspective. *Indogerma*nische Forschungen 89, p. 140-59, 1978. PINKSTER, Harm. Sintaxis y semântica del latín. Trad. por M. Esperanza Torrego e Jesús de la Villa. Madrid: Ediciones Clásicas, 1995. RENZI, Lorenzo. La tipologia dell'ordine delle parole e le lingue romanze. Linguistica, 24(1), p. 27-59, Padova, October 2015. RIJKHOFF, Jan. The noun phrase. New York: Oxford University Press, 2002. RUBIO, Lisardo. El orden de palabras em latín clásico. In: ____. Introduccion a la sintaxis estrutural del latín. Barcelona: Ariel Editorial, 1982. p. 191-220 SEGURA RAMOS, Bartolomé. Notas sobre el orden de palabras con especial referencia al latin. Faventia 19/2, Universidad de Sevilla, 1997. p. 105-109. Disponible en: http://www.raco.cat/index.php/Faventia/arti cle/viewFile/21598/21432. SPEVAK, Olga. L'ordre des mots en latin: après J. Marouzeau. Revue des Études Latines 93, p. 107-28, Paris: La Société des Études Latines, 2015. _____. Constituent order in classical latin prose. Studies in Language Companion. Series 117, Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins, 2010a. __. Phonetik, Phonologie und Metrik. Manfred Kienpointner et Peter Anreiter (Eds), Latin Linguistics Today: Proceedings of the 15. CILL, April 4-9, 2009, serie Innsbrucker Beiträge Innsbruck. Sprachwissenschaft. Innsbruck: Universität Innsbruck, 2010b. TOVAR, Antonio. Comparación: lexico-estadistica y tipologia.

Euskalarien nazioarteko jardunaldiak, p. 139-66, 1981. disponible en: http://www.euskaltzaindia.net/dok/ikerbilduma/11842.pdf.